

EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N. 74/2021 REGISTRO DE PRECOS

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Prefeito Municipal, comunica aos interessados que se encontra aberta a licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº 74/2021, conforme Processo Licitatório n. 125/2021, e que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar sendo licitação do tipo MENOR PREÇO, por item sob a forma de fornecimento parcelado, tudo de conformidade comas regras estipuladas na Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/93, Lei Complementar 147/2014, Decreto Federal nº 3.555/2000, Decreto Federal nº 3.693/2000, Decreto Federal nº 3.784/2001, Decreto Federal nº 7.892/2013, Decreto Federal 10.024/2019 com suas alterações, Decreto Municipal nº 2.785/07 e demais exigências deste Edital.

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO

RECEBIMENTO DE PROPOSTA: Até as 08:15 h. do dia 16/11/2021

ABERTURA JULGAMENTO DE PROPOSTAS: 08:15 às 08:30h, do dia 16/11/2021. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08:30 horas do dia 16/11/2021

MODO DE DISPUTA: ABERTO

TEMPO PARA MANIFESTAÇÃO DE RECURSO APÓS HABILITAÇÃO: 03 HORAS

LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL <u>www.bll.org.br</u>

1. - DO OBJETO

1.1 CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CERTAME: AQUISIÇÃO DE MUDAS E ITENS PARA ORNAMENTAÇÃO E EMBELEZAMENTO DO MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO, CONFORME TERMO DE REFERENCIA E ESPECIFICAÇÕES ABAIXO:



1.2 Especificações:

ITEM	MEDIDA	QUANT	DESCRIÇÃO	MÉDIA ORÇADO
1	SACO 25 KG.	250	TERRA ADUBADA – COMPOSIÇÃO: TERRA PRETA, ESTERCO DE AVES, CALCÁRIO, CINZA CARBONIZADA, FORMULA NPK.	29,33
2	SACO 15 KG	90	MATERIAIS PARA FORRAÇÃO DE CANTEIROS – CASCA DE PINUS, CHIPS DE MADEIRA, SERRAGEM DE MADEIRA.	34,33
3	SACO DE 50 KG.	8	ADUBO QUIMICO – BASE DE NITROGÊNIO (N) 4% FÓSFORO (P2O) SOLÚVEL, (CNATH2O) 14%, POTÁSSIO (K2O) (H2O) 8%.	266,00
4	SACO 25 KG.	114	ADUBO ORGÂNICO	31,67
5	M²	8150	GRAMA – ESMERALDA, GRAMA SEMPRE VERDE.	15,33
6	CAIXA COM 15 MUDAS.	1240	FLORES DA ÉPOCA – TAPETE, AMOR PERFEITO, ONZE HORAS, PETÚNIA, TORRENIA, CRAVINA, CELOSIA, ZINIA, ALISSUN, PÉRPETUA, BOCA DE LEÃO, BEIJINHO, IMPATINS, GAZANIA, ROSAS, TAGETÃO E OUTRAS	15,33
7	UNID	140	ARBUSTO PEQUENO – BUXOS, FÊNIX, NOLINA, RAFIS, MURTA, CLUSIA, AGAPANTUS, AZALEIA, ROSEIRA, KAYZUKA, PALMEIRA, CICA, MANACÁ DA SERRA, AGAPANTUS ROSEIRA, FORMIO, DIANELA E OUTROS	36,67
8	UNID	140	ARBUSTO MÉDIO – BUXOS, FÊNIX,RAFIS, TUIA, MURTA, CLUSIA, AZALÉIA, CRÓTON, PODOCARPO, ARUNDINA, MUSSAENDA, BUGANVILLA E OUTROS	65,00
9	UNID	140	ARBUSTOS GRANDES – PALMEIRA CICA, KAYSUKA MANACÁ DA SERRA, TICUS, MUSSAENDA, NOLINA E OUTROS	101,67
10	UNID	1100	MUDAS DE ARVORE (PEQUENAS 20 CM – TUBETE/PACOTE) - PALMEIRA JERIVÁ, PALMEIRA IMPERIAL, PALMEIRA FAMÍLIA, CALISTEMÃO, QUARESMEIRA, FIGUEIRA, PALMEIRA CANARIENSE E ESPÉCIES NATIVAS VARIADAS.	7,50
11	UNID	320	MUDAS DE ARVORE (MEDIAS 80 CM) - PALMEIRA JERIVÁ, PALMEIRA IMPERIAL, PALMEIRA FAMÍLIA, CALISTEMÃO, QUARESMEIRA, FIGUEIRA, PALMEIRA CANARIENSE E ESPÉCIES NATIVAS VARIADAS.	14,33



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

Capital Catarinense do Vinho

12	UNID	150	MUDAS DE ARVORE (GRANDES ACIMA DE 1,2 METROS) - PALMEIRA JERIVÁ, PALMEIRA IMPERIAL, PALMEIRA FAMÍLIA, CALISTEMÃO, QUARESMEIRA, FIGUEIRA, PALMEIRA CANARIENSE E ESPÉCIES NATIVAS VARIADAS.	51,67
13	UNID	150	VASO DE FLORES DECORAÇÃO PEQUENO/MINI – CRISÂNTEMO, FLOR CAMPO E ROSAS ENTRE OUTROS.	20,67
14	UNID	100	VASO DE FLORES DECORAÇÃO MÉDIO – CRISÂNTEMO, FLOR CAMPO E ROSAS ENTRE OUTROS.	34,00
15	UNID	100	VASO DE CERAMICA – TAM. APROXIMADO 50 CM ALTURA X 40 CM DIÂMETRO, DIVERSOS FORMATOS.	73,33
16	UNID	100	PLANTAS PARA AMBIENTES INTERNOS – DRACENA ARBÓREA, SPATIFILIUM ARÁBIA, COMIGO NINGUÉM PODE, ARECA BAMBU, LANÇA DE SÃO JORGE, ASPARGO, COCO VERDELHANO, PLEOMELE.	60,00
17	UNID	1500	MUDAS DE FLORES MÉDIAS (30 A 40 CM E DUAS A TRÊS BROTAÇÕES) HORTÊNSIAS (DIVERSAS CORES); AZALEIAS (DIVERSAS CORES)	36,67
18	CAIXA 15 UNIDADES	400	FORRAÇÃO RASTEIRA – HEMIGRAFIS, HISIMAQUIA, PELO DE URSO, PERIQUITO VERMELHO E OUTRAS	12,17
19	UNID	350	MUDAS DE ARVORE FRUTIFERA (MEDIA PROX. 80 CM) – LARANJEIRA, POCÃ, LIMÃO, E ESPÉCIES NATIVAS VARIADAS.	16,00
20	UNID	550	MUDAS DE ARVORE FRUTIFERA PEQUENAS (MEDIA PROX. 15 CM) – LARANJEIRA, POCÃ, LIMÃO, E ESPÉCIES NATIVAS VARIADAS.	11,67
21	UNID	100	VASO DE CIMENTO – TAM. APROXIMADO 50 CM ALTURA X 40 CM DIÂMETRO, DIVERSOS FORMATOS.	93,33
22	UNID	100	VASO DE CIMENTO – TAM. APROXIMADO 70 CM ALTURA X 50 CM DIÂMETRO, DIVERSOS FORMATOS.	136,67
23	UNID	100	VASO DE CIMENTO – TAM. APROXIMADO 100 CM ALTURA X 70 CM DIÂMETRO, DIVERSOS FORMATOS.	238,33
24	SACA	170	PEDRAS ORNAMENTAIS CALCAREA BRANCA – TAMANHO MÉDIO – SACA 40KG	18,33
25	SACA	170	PEDRAS ORNAMENTAIS CALCAREA BRANCA – TAMANHO PEQUENA – SACA 40KG	18,33
26	SACA	170	PEDRAS ORNAMENTAIS CALCAREA BRANCA – TAMANHO GRANDE – SACA 40KG	18,33
27	SACA	170	PEDRAS ORNAMENTAIS MARRON – DE RIO, OLHO DE SAPO – TAMANHO MÉDIA – SACA 40 KG	15,17



28	SACA	170	PEDRAS ORNAMENTAIS MARRON – DE RIO, OLHO DE SAPO – TAMANHO GRANDE – SACA 40 KG	19,35
29	SACA	170	PEDRAS ORNAMENTAIS MARRON – DE RIO, OLHO DE SAPO – TAMANHO PEQUENA – SACA 40 KG	18,91
30	UNID	100	VASO PARA FLORES DE GESSO/CIMENTO TAMANHO DE 0,20 X 0,20 X 1 METRO	90,00
31	UNID	60	CACHEPÔ MÉDIO	75,00
32	METRO	800	LIMITADOR DE GRAMA JARDIM SOLO FLEXÍVEL ATACADO BORDA FINA 50M	3,33
33	METRO	2000	FIO NYLON 3 MM PARA ROÇADEIRAS	1,67
34	METRO	2000	FIO NYLON 4 MM PARA ROÇADEIRAS	1,67
35	SACA	8	URÉIA/SUPER TRIPLO.	233,33

- 1.3 A licitação será dividida em lotes/itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- **1.4** O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO DO ITEM, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO

- 2.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema BLL, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- **2.2** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- **2.3** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 2.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- **2.5** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- **2.6** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.



2.7 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

2.8 DISPOSIÇÕES GERAIS

- 2.8.1 Para a realização deste certame serão utilizados recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos proponentes com plena visibilidade para o Pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade, por meio da Rede Mundial de Computadores INTERNET.
- **2.8.2** A realização do procedimento estará a cargo do Pregoeiro, Equipe de Apoio e da Administradora do Pregão Eletrônico, empresa contratada para, por meio da rede mundial de computadores, proverem o sistema de compras eletrônicas.
- 2.8.3 O fornecedor deverá fazer o seu cadastramento junto à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (BLL), e preencher o Termo de Adesão, onde qualquer pessoa física ou jurídica, que manifeste interesse em cadastrar-se e apresente a documentação exigida terá acesso ao portal.
- **2.8.4** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.
- 2.8.5 O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- **2.8.6** Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, a proponente deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
- 2.8.7 O fornecedor, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para dar um lance, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação nos valores e condições do referido lance, e caso este lance seja o escolhido pelo comprador, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto negociado.
- 2.8.8 O fornecedor deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Pregoeiro e/ou pelo sistema ou de sua desconexão.

3. DAS CONDIÇOES DE PARTICIPAÇÃO

- **3.1** O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:
- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.
- **3.2** Poderão participar deste certame qualquer empresa, legalmente constituída, que satisfaça as condições estabelecidas neste Edital e cujo ramo de atividade seja pertinente e compatível com o objeto da presente licitação.

4. DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

- **4.1** Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, as licitantes deverão, até a data e hora marcadas para recebimento das propostas, encaminhar a proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.
- **4.2** A proposta comercial deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir:
- a) Prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias;
- b) Ser apresentada por item e soma total do item, com valores expressos em reais;
- c) Deverá ser indicada a MARCA do item;
- d) O preço unitário e total deverá ser fixo em reais, com 02 (duas) casas decimais. Deverão estar incluídos no preço, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração.
- e) O prazo de entrega do item cotado, conforme especificado no edital;
- f) Declaração de que o licitante cumpre com as normas do Edital e da habilitação;
- g) Declaração que se enquadra em ME, EPP ou ME, no caso de empresa enquadra.
- **4.3** O preenchimento incorreto dos dados necessários à análise da proposta implicará na desclassificação da mesma.

- 4.4 O julgamento das propostas será feito pelo Menor Preço.
- **4.5** Para fins de gozo dos benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123/2006, os representantes de Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão declarar sua condição no momento do envio da proposta e apresentar, juntamente com os documentos de habilitação, certidão de enquadramento no Estatuto Nacional do Microempreendedor Individual, Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante.
- **4.6** Vícios, erros e/ou omissões que não impliquem em prejuízo para o Município poderão ser desconsiderados pelo Pregoeiro, cabendo a este(a) agir em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.
- **4.7** Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica em aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- **4.7.1** Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- **4.8** Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro, pelo sistema, ou de sua desconexão.
- **4.9** Caso haja omissão, na proposta, dos prazos de sua validade e/ou de garantia, aplicarse-ão os prazos estipulados neste edital.

5 . DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

- 5.1 O Pregoeiro dará início à Sessão Pública na data e horário previstos neste Edital, via sistema eletrônico, com a abertura das propostas e divulgação do valor da melhor proposta para cada lote.
- **5.2** Aberta a sessão, o Pregoeiro procederá à abertura e análise preliminar das propostas.
- **5.3** O Pregoeiro desclassificará, motivadamente, as propostas que não atenderem às exigências do Edital.
- 5.4 Após a classificação das propostas para a participação na fase de disputa de preços, o Pregoeiro dará sequência ao processo de Pregão.

6 . DAS ETAPAS DE LANCES

6.1 O preço de abertura da etapa de lances de cada item corresponde ao menor preço ofertado na etapa de propostas.

- **6.2** No caso de nenhum fornecedor apresentar lance na respectiva etapa, valem os valores obtidos na etapa de propostas.
- **6.2.1** Caso restem duas ou mais propostas empatadas, prevalecerá aquela que foi recebida e registrada em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.
- **6.3** Aberta a etapa competitiva, os proponentes deverão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o mesmo imediatamente informado do seu recebimento e respectivo valor.
- **6.4** Os proponentes poderão oferecer lances sucessivos, pelo **VALOR DO ITEM**, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.
- **6.5** Somente serão aceitos lances com preços em reais para o item, com 02 (duas) casas decimais após a vírgula.
- **6.6** Somente será aceito o lance cujo valor seja inferior ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.
 - **6.7** É facultado ao Pregoeiro estabelecer a redução mínima em cada lance.
 - 6.8 Se algum proponente fizer um lance que esteja em desacordo com o Edital (preços e diferenças inexequíveis ou excessivas) poderá tê-lo desclassificado pelo Pregoeiro através do sistema. A disputa será suspensa, sendo emitido um aviso e na sequência o Pregoeiro justificará o motivo da desclassificação do lance através de mensagem aos participantes e em seguida, a disputa será reiniciada pelo Pregoeiro.
 - **6.9** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.
- 6.10 Durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, os proponentes serão informados em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.
 - **6.11** A etapa de lances da sessão pública será encerrada conforme sistema tipo Aberto de forma automática conforme os lances.
 - **6.12** Ocorrendo empate previsto no art. 44, § 2º da Lei Complementar nº 123/2006, será assegurada a preferência de contratação para os microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte.
 - **6.12.1** Entende-se por empate Ficto as situações em que as ofertas apresentadas pelos microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte

sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

- **6.12.2** Para fins de desempate, proceder-se-á da seguinte forma:
- **a)** o sistema fará a ordem de classificação dos microempreendedores individuais, microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham apresentado oferta igual ou até 5% superior à proposta mais bem classificada;
- **b)** todos os microempreendedores individuais, microempresas ou empresas de pequeno porte classificadas de acordo com o item 6.12.2, "a", poderão apresentar 01 (um) novo lance, inferior à oferta considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances do respectivo item, sob pena de preclusão;
- c) caso tenha apresentado novo lance, o primeiro microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte da ordem de classificação será declarada vencedora, permanecendo registrados no sistema os lances de desempate apresentadas pelos demais microempreendedores individuais, microempresas ou empresas de pequeno porte;
- d) não ocorrendo a contratação do microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item 6.12.2, "c", será declarado vencedor o próximo microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte da ordem de classificação do item 6.12.2, "a", que tenha manifestado lance de desempate, e assim sucessivamente;
- **e)** no caso de equivalência dos valores apresentados pelos microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo previsto no item
 - **6.12.3** Prevalecerá a proposta que foi recebida e registrada em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.
- 6.13 No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, O sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos proponentes, para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- **6.14** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.
- **6.15** Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contrapropostas diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.
- **6.16** Após análise da proposta e da documentação, o(a) Pregoeiro anunciará o proponente vencedor.
- **6.17** Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se o proponente vencedor desatender as exigências de habilitação, o(a) Pregoeiro

examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a habilitação do proponente, na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço por lote, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

7 – DA HABILITAÇÃO

- 7.1 OBS.: NO MOMENTO DA INCLUSÃO DOS DOCUMENTOS NO SISTEMA DA BLL, OS DOCUMENTOS QUE NÃO TIVEREM CAMPO CERTO, DEVERÃO SER INSERIDOS NA ABA "OUTROS DOCUMENTOS", EM UM SÓ ARQUIVO.
- 7.2 Para habilitação, as empresas interessadas em participar do pregão deverão anexar na página da BLL, em local próprio para documentos, toda a documentação de habilitação. Sendo que a documentação anexada evitará a necessidade de envio da mesma por email, bem como trará agilidade na verificação de habilitação das empresas vencedoras.
- **7.2.1** Os documentos na forma prevista neste Edital deverão ser inseridos no sistema da BLL (www.bll.org.br).
- **7.2.2** Não serão aceitos documentos com prazo de validade vencido.
- 7.2.3 Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 90 (noventa) dias contados a partir da data de emissão.

7.3 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- **7.3.1** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus atuais administradores, ou Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou;
- **7.3.2** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou;
- **7.3.3** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- **7.3.4** Declaração de que a licitante cumpre o disposto no Art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (não emprega menores de idade), assinada pelo representante legal da empresa, conforme modelo do Anexo IV

- **7.3.5** Declaração de que não pesa contra si declaração de **inidoneidade** nos termos do artigo 87, inciso V e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93, assinada pelo representante legal da empresa, conforme modelo do Anexo IV.
- **7.3.6** Declaração Negativa de **Impedimentos** para participar de Processo Licitatório, conforme o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, assinada pelo representante legal da empresa, conforme modelo do Anexo IV.

7.4 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- **7.4.1** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ;
- **7.4.2** Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União:
- **7.4.3** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio do proponente;
- **7.4.4** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio do proponente;
- 7.4.5 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- 7.4.6 Prova de regularidade com o Instituto Nacional do Seguro Social INSS, em vigor (caso esta não esteja abrangida na Certidão de Débitos Relativos aos tributos e à Dívida Ativa da União);
- **7.4.7** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, disponibilizada no site do Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.gov.br/certidão).

7.5 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

- **7.5.1** Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- 7.5.2 Considerando a implantação do sistema eproc no Poder Judiciário de Santa Catarina, a partir de 1º/4/2019, as certidões dos modelos "Falência, Concordata e Recuperação Judicial" deverão ser solicitadas tanto no sistema eproc quando no SAJ. As duas certidões deverão ser apresentadas conjuntamente, caso contrário não terão validade. A certidão do sistema eproc poderá ser acessada pelo site https://certeproc1g.tjsc.jus.br

7.6 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- **7.6.1** Declaração de que recebeu do Órgão licitante os documentos, informações e condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da licitado conforme anexo IV.
- 7.6.2 Comprovação de aptidão no desempenho de atividade ou bens caracteristicos pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação Atestado(s)

de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, quando for emitido por ente privado deverá este ser com firma reconhecida de quem o subscreveu.

- 7.7 O vencedor do certame que não apresente a documentação exigida, no todo ou em parte, será desclassificado, podendo a ele ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada então o detentor da proposta seguinte na ordem de classificação.
- 7.8 Os documentos relativos à habilitação prevista no item 7 e seguintes e as declarações deverão ser providenciados pelos participantes até o horário da sessão. Sendo que todos os documentos devem ser anexados dentro dos documentos na plataforma de pregão eletrônico, independente do campo, que o pregoeiro analisará é se os documentos foram anexados, não sendo prejudicada ou inabilitada por falta de ordem, ou anexados em campos não correspondentes, pode ser anexado mais de um documento em um mesmo arquivo, os documentos que não tiverem campos idênticos marcados na plataforma do pregão eletrônico poderão ser anexados no campo "outros documentos" ou em qualquer outro campo que a empresa desejar.
- 7.9 A responsabilidade do upload dos documentos é integralmente da empresa, sendo assim deverá anexar todos os documentos solicitados no edital.
- 7.10 O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 7.11 Ao encerrar o pregão, o Pregoeiro analisará a Documentação de Habilitação relacionada no item 7 e as Declarações anexadas pela empresa licitante na plataforma do pregão eletrônico por upload, como condição para comprovação de sua habilitação. Caso a empresa não tenha realizado o upload dos documentos ou deixar de anexar algum documento ou declaração relacionados no referido item 7 a mesma será considerada INABILITADA.
- 7.12 O cumprimento do envio dos documentos exigidos acima, dispensa o envio dos mesmos documentos em vias originais, entretanto, poderá o pregoeiro requisitar ao participante cópia de documentos para diligências necessárias, nos termos do Art. 43, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 no qual dispõe que é facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

- **7.13** Os documentos tratados no item 7 só estarão disponíveis após o encerramento da disputa do Pregão.
- **7.14** A documentação será rubricada pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio e após examinada será anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.
- **7.15** As microempreendedoras individuais, microempresas e empresas de pequeno porte que participarem deste certame usufruindo os benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão observar o disposto nos subitens seguintes.
- **7.15.1** A condição de Microempreendedora Individual, Microempresa e Empresa de Pequeno Porte deverá ser comprovada mediante apresentação da seguinte documentação.
- **7.15.1.1** Sociedade Empresária: Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa, ou;
- **7.15.1.2** Sociedade Simples: Certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, ou;
- 7.15.1.3 Microempreendedor Individual: Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Microempreendedor Individual ou Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCEI, disponibilizado no Portal de Microempreendedor (www.portaldoempreendedor.gov.br).
- **7.15.1.4** Empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação: Comprovação de opção pelo Simples obtido através do *site* da Secretaria da Receita Federal (http://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/aplicacoes.aspx?id=21).
- **7.15.2** A empresa que não comprovar quaisquer das condições retro citadas não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.
- **7.15.3** O Microempreendedor Individual, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, de acordo com o artigo 43 da Lei Complementar nº 123/06, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 7.16 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado, à mesma, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do

certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais Certidões Negativas ou Positivas com efeito de Certidão Negativa.

- **7.17** Entende-se o termo "declarado vencedor" de que trata a cláusula anterior, o momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 7.18 A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- **7.19** As Microempreendedoras Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, de acordo com o artigo 43 da Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, observando-se o disposto no subitem 7.11.4 e seguintes do presente Edital.
- **7.20** Os documentos expedidos pela Internet poderão ser apresentados em forma original ou cópia reprográfica sem autenticação. Entretanto, estarão sujeitos à verificação de sua autenticidade através de consulta realizada pela Equipe de Apoio.
- **7.21** Todos os documentos deverão ser entregues via anexo na plataforma, sendo de responsabilidade do participante a veracidade do documento.
- 7.22 No caso de apresentação de documentos e/ou certidões que não constarem prazo de validade, considerar-se-á o prazo máximo de 90 (noventa) dias a partir da data de emissão dos mesmos.
- 7.23 A não-regularização fiscal e trabalhista acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 7.24 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério

da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

- **7.25** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- **7.26** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- **7.27** Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- **7.28** A Licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
- **7.29** Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.
- **7.30** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

8 - DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

8.1 As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas **até três dias úteis** antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão, afim de apontamento de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo, exclusivamente por meio de formulário eletrônico, disponível no **site** www.bll.org.br.

Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pela unidade requisitante decidir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre a impugnação interposta.

- **8.2** Se procedente e acolhida à impugnação, seus vícios serão sanados e nova data será designada para a realização do certame, exceto quando resultar alteração no Edital e esta, inquestionavelmente, não afetar a formulação das propostas.
- **8.3** A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório.

8.4 As informações e/ou esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro, as quais ficarão disponíveis no site www.bll.org.br, ficando todos os Licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro.

9 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 9.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer quando lhe será concedido o prazo de 72 (setenta e duas) horas para a apresentação das razões do recurso, as quais deverão ser enviadas exclusivamente por meio de formulário eletrônico, disponível no site www.bll.org.br, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata aos autos.
- 9.2 O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo e será dirigido ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, por intermédio do Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão ou encaminhá-lo ao Prefeito, devidamente informados, para apreciação e decisão.
- 9.3 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.4 Os recursos serão aceitos somente via sistema BLL, em arquivo formato PDF, com identificação da empresa, papel timbrado e assinatura do responsável.
- **9.5** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.
- 9.6 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, será o resultado da licitação submetido ao Sr. Prefeito Municipal, autoridade competente que homologará e fará a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor.
- 9.7 Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias a contar da convocação, sob pena de descumprimento das obrigações assumidas.

10 – DA GARANTIA DO OBJETO E DA EXECUÇÃO

- **10.1** Será exigida a garantia do objeto por vício oculto, por defeito de fabricação, transporte.
- **10.2** O item deverá ser entregue no local indicado pela Secretaria que solicitou os itens.

- **10.3** O objeto ofertado deverá ser entregue em até 07 (sete) dias após a emissão da autorização de fornecimento.
- 10.4 Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (Cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 10.5 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Contrato, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 07 (sete) dias, a contar da data de seu recebimento.
- **10.6** O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.
- 10.7 Serão formalizadas tantos Contratos quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 10.8 Será incluído no contrato, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

11- DO REAJUSTAMENTO E DO PAGAMENTO

- 11.1 Os preços são fixos e irreajustáveis durante a vigência do Contrato, exceto os previstos na lei 8.666/93 e lei 10.520/2002.
- 11.2 O preço ofertado já leva em conta todas e quaisquer despesas incidentes na execução do objeto, tais como frete, tributos, transporte, entre outros.
- **11.3** A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.
- 11.4 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.
- 11.5 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a ENTREGA E RECEBIMENTO DEFINITIVO DO OBJETO, com o devido adimplemento contratual,

mediante emissão e apresentação da Nota Fiscal, de acordo com os termos do art. 40, inciso XIV, "a", da Lei 8.666/93.

11.6 A proponente participante deverá manter como condição para pagamento, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Como condição para pagamento deverão ser apresentadas juntamente com a nota fiscal/fatura, todas as certidões constantes da habilitação, dentro do prazo de validade, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei de Licitações.

- **11.7** O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "recebimento definitivo" pelo servidor competente e devidamente anotado na nota fiscal apresentada.
- 11.8 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a proponente vencedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciarse-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.
- 11.9 Constatando-se, a situação de irregularidade do fornecedor, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 11.10 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência do fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos
- 11.11 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à proponente vencedora o contraditório e a ampla defesa.
- **11.12** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o fornecedor não regularize sua situação.
- **11.13** A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da Unidade administrativa qual o serviço foi prestado. Conforme Autorização de Fornecimento:
 - Município de Pinheiro Preto CNPJ: 82.827.148/0001-69
 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto CNPJ: 10.642.703/0001-77

- **11.14** O arquivo xml das notas fiscais eletrônicas deverá ser encaminhado obrigatoriamente no seguinte e-mail: notas@pinheiropreto.sc.gov.br para seu devido pagamento.
- **11.15** Os pagamentos far-se-ão através de crédito em conta corrente bancária da licitante vencedora, a partir da data final do período de adimplemento a que se referir.
- **11.16** O critério para julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO** conforme as especificações constantes deste Edital.

12 - RESPONSAVEL PELO RECEBIMENTO

- **12.1** A gestão do presente contrato/Ata ficará a cargo do Secretário de Turismo e Limpeza Pública, Maurício Chelest, telef. (49) 3562 1414
- **12.2** A fiscalização do presente contrato ficará a cargo de Servidor designado de cada secretaria.
 - a) Educação, Cultura e Esportes, Karina Chiarani Faccin, telefone (49) 3562 2003.
 - b) Secretária de Saúde, Ivanete Simionato Bado, telefone (49) 3562 1494.
 - c) Secretária de Administração Fabiana Orcatto, telefone (49) 3562 2000.
 - d) Secretário de Turismo e Limpeza Pública, Maurício Chelest, telef. (49) 3562 1414.
- 12.3 Caberá ao(s) servidor(es) designado(s) bem como a comissão de recebimento verificar se os itens, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

13 - DO REEQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO

- 13.1 A proponente vencedora em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro dos preços vigentes através de solicitação formal, devidamente protocolada, acompanhada de documentos comprobatórios (nota fiscal anterior a apresentação da proposta, nota fiscal atual, notícias, entre outros) e certidões negativas de débitos constantes no item 7.2.2 do Edital.
- 13.2 Até a decisão final da Administração, que deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias, a proponente vencedora deverá entregar os itens normalmente, levando em consideração os preços registrados e vigentes.

14 - DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS

14.1 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2021/2022, na classificação abaixo:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto



Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2002 - SECRET. DE ADMINISTR. E FINANCAS

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral Programa: 3 - Administração Geral

Ação: 2.22 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS

Despesa 100 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2012 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 452 - Serviços Urbanos Programa: 29 - Desenvolvimento Urbano

Ação: 2.69 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Despesa 270 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 12 - Desenvolvimento Educacional

Ação: 2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Despesa 118 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

Função: 12 - Educação

Subfunção: 365 - Educação Infantil

Programa: 12 - Desenvolvimento Educacional

Ação: 2.35 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Despesa 133 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Unidade Gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto Órgão Orçamentário: 3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE Unidade Orçamentária: 3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica Programa: 9 - Saude Com Qualidade

Ação: 2.50 - MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE Despesa 33 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

15 – DAS SANÇOES ADMINISTRATIVAS

- 15.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
- a) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

- b) apresentar documentação falsa;
- c) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) comportar-se de modo inidôneo;

15.2 As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

- a. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- b. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - i. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
 - ii. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
 - iii. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
 - iv. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- c. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- d. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- e. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização PAR.
- f. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

- g. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- h. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- i. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- j. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- k. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16 DA RESCISÃO

- **16.1** O presente ajuste poderá ser rescindido no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no artigo 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, podendo ser:
- **a)** por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- **b)** amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
 - c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.
- **16.2** De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.
- **16.3** Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado, sem prejuízo das demais penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

17 DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

17.1 A licitante vencedora ficará obrigada a entregar os itens e prestar os serviços, objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na Autorização de Fornecimento.

- **17.2** O objeto do presente edital deverá ser entregue no prazo de até 10 (dez) dias após o recebimento de autorização de fornecimento.
- **17.3** O Objeto licitado deverá ser entregue na Secretaria que solicitou a Compra conforme discriminado na Autorização de Fornecimento.
- 17.4 Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação
- **17.5** A empresa deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

18 - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E DA IMPUGNAÇÃO

- **18.1** A Ata a ser firmada entre o Município e a(s) licitante(s) vencedora(s) terá a **vigência de 12 meses** a partir de sua assinatura
- **18.2** As razões da impugnação e as manifestações de recursos administrativos, deverão serem enviadas exclusivamente por meio de formulário eletrônico, disponível no site www.bll.org.br.

19 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 19.1 As obrigações decorrentes do fornecimento do objeto do presente Registro de Preços a serem firmadas entre a Administração e o Fornecedor serão formalizadas através da Ata de Registro de Preços.
- 19.2 Homologado o resultado da licitação, respeitada a ordem de classificação, serão convocados os licitantes vencedores, dentro do prazo de 05 (cinco) dias a contar da data do recebimento da convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços que, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.
- 19.3 O licitante que, convocado para assinar a ata deixar de fazê-lo no prazo fixado ou não manter as mesmas condições de habilitação, responderá na forma da legislação vigente, sem prejuízo de cominações a ele previstas neste Edital, sendo dela excluído.
- 19.4 Na hipótese de o FORNECEDOR primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar a Ata no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

- 19.5 Observados os critérios e condições estabelecidas neste Edital e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.
- 19.6 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- **19.7** A administração da Ata de Registro de Preços decorrente deste Pregão caberá ao Departamento de Licitações/Compras do Município de Pinheiro Preto.
- **19.8** O serviço será efetuado mediante expedição de Autorização ou outro documento equivalente.

20 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- **20.1** Nenhuma indenização será devida aos licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente PREGÃO;
- 20.2 Após a declaração de vencedor da licitação, não havendo manifestação dos licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o(a) Pregoeiro(a) adjudicará o objeto licitado que posteriormente será submetido à homologação pelo Prefeito Municipal.
- **20.3** No caso de interposição de recurso, depois de proferida a decisão quanto ao mesmo, será o resultado da licitação submetido ao Prefeito Municipal para adjudicação e homologação.
- **20.4** O Prefeito Municipal poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, devendo anulá-la no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- **20.5** É fundamental a presença do licitante ou de seu representante, devidamente credenciado, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.
- **20.6** Os interessados que tiverem dúvidas na interpretação dos termos deste Edital serão atendidos pessoalmente horário comercial, no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, na Av. Mal Costa e Silva, n. 111, Pinheiro Preto SC, ou pelo fone 3562.2000.
- 20.7 Fazem parte do presente Edital:



ANEXO I: TERMO DE REFERENCIA

ANEXO II: PROPOSTA COMERCIAL PADRONIZADA DE PREÇOS ANEXO III: DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MEI, ME OU EPP

ANEXO IV: DECLARAÇÃO CONJUNTA (NEGATIVA DE IMPEDIMENTOS/ NÃO EMPREGA MENORES / IDONEIDADE / CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO/

PLENOS REQUISITOS

ANEXO V: QUALIFICAÇÃO TECNICA

ANEXO VI: MINUTA DA ATA

21 DO FORO

21.1 Todas as controvérsias ou reclames relativos ao presente processo licitatório serão resolvidos pela Comissão, administrativamente, ou no foro da Comarca de Tangará/SC, se for o caso.

GILBERTO CHIARANI Prefeito Municipal



ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 74/2021

TERMO DE REFERENCIA

(01) JUSTIFICATIVA

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde e Secretaria de Administração, necessita adquirir mudas e itens para ornamentação para serem utilizados no embelezamento do Município.

Considerando ser um Município que recebe muitos turistas em varias épocas do ano e considerando que o embelezamento torna a cidade mais aconchegante aos que nela habitam, para incluir em escolas e creches, e entradas na área da saúde e administração, dessa forma se faz necessário a abertura de processo licitatório.

(02) OBJETO

2.1 – Aquisição de mudas e itens para ornamentação e embelezamento do Município de Pinheiro Preto.

(03) ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTIDADE

Anexo I

(04) PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA OU EXECUÇÃO

- 4.1 Os itens deverão ser entregues na Secretaria de Urbanismo, até no máximo 15 (quinze) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo setor de Compras do Município.
- 4.2 Todas as despesas com a entrega dos itens correrão por conta do fornecedor, despesas estas previstas e/ou computadas na proposta.
- 4.3 A não entrega dos itens dentro do prazo ensejará a revogação deste contrato e a aplicação das sanções legais previstas.
- 4.4 A entrega dos itens e a emissão da respectiva nota fiscal estão condicionadas ao recebimento da Autorização de Fornecimento ou outro documento equivalente.
- 4.5 O Objeto será recebido pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação.
- 4.6 O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, mesmo após ter sido recebido definitivamente o objeto do contrato.

(05) PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA

5.1 – Os itens a serem entregues deverão estar dentro do prazo de validade mínimo de 60 dias, estar em perfeitas condições para o plantio, não poderão estar com embalagens violadas, os vasos deverão estar bem embalados para não acontecer de quebrar ou danificar no transporte.



(06) RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO, ENDEREÇO ELETRÔNICO E TELEFONE

- 6.1 A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria de desenvolvimento de Urbanismo, Saúde, Educação e Administração.
 - a) Mauricio Chelest, telefone (49) 3562 2000 turismo@pinheiropreto.sc.gov.br
 - b) KARINA CHIARANI, telefone (49) 3562.2030 e-mail: educa@pinheiropreto.sc.gov.br
 - c) IVANETE BADO, telefone (49) 3562.1494 e-mail: ccoadm@pinheiropreto.sc.gov.br
 - d) Secretária Municipal de Administração Fabiana Orçatto, telefone (49) 3562 2000
- 6.2 Caberá ao(s) servidor(es) designado(s) bem como a comissão de recebimento verificar se os itens, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

(07) CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

- 7.1 O pagamento será efetuado **em até 30 (trinta) dias** após a entrega, dos itens, com o devido adimplemento contratual, de forma parcelada, mediante emissão e apresentação da Nota Fiscal, de acordo com os termos do art. 40, inciso XIV, "a", da Lei 8.666/93.
- 7.1.1 A proponente participante deverá manter como condição para pagamento, durante toda a execução da ata de registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 7.1.2 Como condição para pagamento deverão ser apresentadas juntamente com a nota fiscal/fatura, todas as certidões constantes da habilitação, item 06, deste edital, dentro do prazo de validade, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei de Licitações.
- 7.1.3 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "recebimento definitivo" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.
- 7.1.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.
- 7.2 A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida de acordo com os valores unitários e totais discriminados na Cláusula do contrato.
- <u>7.3 A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO com indicação do CNPJ específico sob Nº 82.827.148/0001-69 e</u> Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto CNPJ: 10.642.703/0001-77
- 7.4 O arquivo xml das notas fiscais eletrônicas deverá ser encaminhado obrigatoriamente no seguinte e-mail: notas@pinheiropreto.sc.gov.br para seu devido pagamento.
- 7.5 Os pagamentos far-se-ão através de crédito em conta corrente bancária da licitante vencedora, a partir da data final do período de adimplemento a que se referir.

(08) OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1 A licitante vencedora ficará obrigada a entregar os itens, objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na Autorização de Fornecimento.
- 8.2 Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração do contrato.

8.3 - A empresa deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

(09) CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO/PROCEDIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- 9.1 Todas as despesas relacionadas com a entrega dos itens correrão por conta da proponente vencedora.
- 9.1.1 Ficará sob total responsabilidade da proponente vencedora, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento os itens a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.
- 9.2 Serão recusados os itens imprestáveis ou defeituosos que não atendam as especificações e/ou não estejam adequados para uso.
- 9.3 A proponente vencedora deverá responder pelos vícios, defeitos ou danos causados a terceiros/Município referente à entrega dos itens, assumindo os gastos e despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela solicitante.
- 9.3.1 A proponente vencedora deverá substituir às suas expensas, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento da notificação expedida pela Secretaria solicitante, o(s) item(s), caso se constate defeitos de fabricação, ou qualquer anormalidade que esteja em desacordo com as especificações deste Edital, dentre outros.

(10) CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

10.1 – O julgamento deverá ser por item.

(11) VALORES REFERENCIAIS DE MERCADO

11.1 - Conforme orçamentos anexos

(12) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - Ficará a cargo da Contabilidade.

(13) Prazo de vigência contrato

13.1 – Até 12 (doze) meses a partir da assinatura da ata de registro de preços.

MAURICIO CHELEST SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E TURISMO

KARINA CHIARANI FACCIN SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

IVANETE BADO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
FABIANA ORÇATTO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO I

Item	medida	quant	Descrição	MÉDIA	URB	SAUDE	EDUC	ADM
	modiad	quant	200011que	ORÇADO	QUANT	QUANT	QUAN	QUANT
1	Saco 25 Kg.	250	TERRA ADUBADA – composição: terra preta, esterco de aves, calcário, cinza carbonizada, formula NPK.	29,33	200	10	T 30	10
2	Saco 15 kg	90	Materiais para forração de canteiros – Casca de pinus, chips e serragem de madeira.	34,33	50	10	20	10
3	Saco de 50 Kg.	8	ADUBO QUIMICO – base de nitrogênio (N) 4% fósforo (P2O) solúvel, (CNATH2O) 14%, potássio (k2o) (h2O) 8%.	266,00	5	1	1	1
4	saco 25 Kg.	114	ADUBO ORGÂNICO	31,67	100	2	10	2
5	Metro quad.	8150	GRAMA – esmeralda, grama sempre verde.	15,33	5000	50	3000	100
6	Caixa com 15 mudas.	1240	FLORES DA ÉPOCA – tapete, amor perfeito, onze horas, petúnia, torrenia, cravina, celosia, zinia, alissun, pérpetua, boca de leão, beijinho, impatins, gazania, rosas, tagetão etc	15,33	1000	20	200	20
7	unidade	140	ARBUSTO PEQUENO – buxos, fênix, nolina, rafis, murta, clusia, agapantus, azaleia, roseira, kayzuka, palmeira, cica, manacá da serra, agapantus roseira, formio, dianela etc	36,67	100	10	20	10
8	Unidade	140	ARBUSTO MÉDIO – buxos, fênix,rafis, tuia, murta, clusia, azaléia, cróton, podocarpo, arundina, mussaenda, buganvillla e outros	65,00	100	10	20	10
9	unidade	140	ARBUSTOS GRANDES – palmeira cica, kaysuka manacá da serra, ticus, mussaenda, nolina e outros	101,67	100	10	20	10
10	unidade	1100	MUDAS DE ARVORE (pequenas 20 cm – tubete/pacote) - palmeira jerivá, palmeira imperial, Palmeira família, calistemão, quaresmeira, figueira, palmeira canariense e espécies nativas variadas.	7,50	500	100	400	100
11	unidade	320	MUDAS DE ARVORE (medias 80 cm) - palmeira jerivá, palmeira imperial, Palmeira família, calistemão, quaresmeira, figueira, palmeira canariense e espécies nativas variadas.	14,33	200	100	100	100
12	unidade	150	MUDAS DE ARVORE (grandes acima de 1,2 metros) - palmeira jerivá, palmeira imperial, Palmeira família, calistemão, quaresmeira, figueira, palmeira canariense e espécies nativas variadas.	51,67	100	10	30	10



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

Capital Catarinense do Vinho

	apitai Gata	IIIIeii	se do vinno					
13	unidade	150	VASO DE FLORES DECORAÇÃO Pequeno/mini – crisântemo, flor campo e rosas entre outros.	20,67	100	10	30	10
14	unidade	100	VASO DE FLORES DECORAÇÃO médio – crisântemo, flor campo e rosas entre outros.	34,00	50	20	20	10
15	unidade	100	VASO DE CERAMICA – tam. Aprox. 50 cm altura x 40 cm diâmetro, diversos formatos.	73,33	50	20	20	10
16	unidade	100	PLANTAS PARA AMBIENTES INTERNOS – dracena arbórea, spatifilium arábia, comigo ninguém pode, areca bambu, lança de São Jorge, aspargo, coco verdelhano, pleomele.	60,00	20	30	30	20
17	Unidade	1500	Mudas de flores médias (30 a 40 cm e duas a três brotações) Hortênsias (diversas cores); azaleias (diversas cores)	36,67	1000	100	300	100
18	Caixa 15 unidades	400	Forração Rasteira – hemigrafis, hisimaquia, pelo de urso, periquito vermelho e outras	12,17	200	50	100	50
19	UNID	350	MUDAS DE ARVORE FRUTIFERA (media prox. 80 cm) – laranjeira, pocã, limão, e espécies nativas variadas.	16,00	150	100	100	0
20	UNID	550	MUDAS DE ARVORE FRUTIFERA PEQUENAS (media prox. 15 cm) – laranjeira, pocã, limão, e espécies nativas variadas.	11,67	150	100	300	0
21	UNID	100	VASO DE CIMENTO – tam. Aproximado 50 cm altura x 40 cm diâmetro, diversos formatos.	93,33	50	10	30	10
22	UNID	100	VASO DE CIMENTO – tam. Aproximado 70 cm altura x 50 cm diâmetro, diversos formatos.	136,67	50	10	30	10
23	UNID	100	VASO DE CIMENTO – tam. Aproximado 100 cm altura x 70 cm diâmetro, diversos formatos.	238,33	50	10	30	10
24	SACA	170	PEDRAS ORNAMENTAIS CALCAREA BRANCA – tamanho médio – saca 40kg	18,33	100	10	50	10
25	SACA	170	PEDRAS ORNAMENTAIS CALCAREA BRANCA – tamanho pequena – saca 40kg	18,33	100	10	50	10
26	SACA	170	PEDRAS ORNAMENTAIS CALCAREA BRANCA – tamanho grande – saca 40kg	18,33	100	10	50	10
27	SACA	170	PEDRAS ORNAMENTAIS MARRON – de rio, olho de sapo – tamanho média – saca 40 kg	15,17	100	10	50	10
28	SACA	170	PEDRAS ORNAMENTAIS MARRON – de rio, olho de sapo – tamanho grande – saca 40 kg	19,35	100	10	50	10
29	SACA	170	PEDRAS ORNAMENTAIS MARRON – de rio, olho de sapo – tamanho pequena – saca 40 kg	18,91	100	10	50	10
30	UNID	100	Vaso para flores de gesso/cimento tamanho de 0,20 x 0,20 x 1 metro	90,00	50	10	30	10
31	UNID	60	Cachepô médio	75,00	10	10	30	10
32	METRO	800	Limitador de Grama Jardim Solo Flexível Atacado Borda Fina 50m	3,33	300	100	300	100
33	Metros	2000	Fio Nylon 3 mm para roçadeiras	1,67	2000	0	0	0
34	Metros	2000	Fio Nylon 4 mm para roçadeiras	1,67	2000	0	0	0
35	Saca	8	Uréia/super triplo.	233,33	5	1	1	1



ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 74/2021

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL DE PREÇOS

Empresa:
Endereço:
CNPJ:

Fone: E-mail:

OBJETO: MUDAS E ITENS ORNAMENTAIS

ITEM	MEDIDA	QUANT	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO
1	SACO 25 KG.	250	TERRA ADUBADA – COMPOSIÇÃO: TERRA PRETA, ESTERCO DE AVES, CALCÁRIO, CINZA CARBONIZADA, FORMULA NPK.		
2	SACO 15 KG	90	MATERIAIS PARA FORRAÇÃO DE CANTEIROS – CASCA DE PINUS, CHIPS DE MADEIRA, SERRAGEM DE MADEIRA.		
3	SACO DE 50 KG.	8	ADUBO QUIMICO – BASE DE NITROGÊNIO (N) 4% FÓSFORO (P2O) SOLÚVEL, (CNATH2O) 14%, POTÁSSIO (K2O) (H2O) 8%.		
4	SACO 25 KG.	114	ADUBO ORGÂNICO		
5	M²	8150	GRAMA – ESMERALDA, GRAMA SEMPRE VERDE.		
6	CAIXA COM 15 MUDAS.	1240	FLORES DA ÉPOCA – TAPETE, AMOR PERFEITO, ONZE HORAS, PETÚNIA, TORRENIA, CRAVINA, CELOSIA, ZINIA, ALISSUN, PÉRPETUA, BOCA DE LEÃO, BEIJINHO, IMPATINS, GAZANIA, ROSAS, TAGETÃO E OUTRAS	PROPRIA	
7	UNID	140	ARBUSTO PEQUENO – BUXOS, FÊNIX, NOLINA, RAFIS, MURTA, CLUSIA, AGAPANTUS, AZALEIA, ROSEIRA, KAYZUKA, PALMEIRA, CICA, MANACÁ DA SERRA, AGAPANTUS ROSEIRA, FORMIO, DIANELA E OUTROS		
8	UNID	140	ARBUSTO MÉDIO – BUXOS, FÊNIX,RAFIS, TUIA, MURTA, CLUSIA, AZALÉIA, CRÓTON, PODOCARPO, ARUNDINA, MUSSAENDA, BUGANVILLLA E OUTROS	PROPRIA	



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

Capital Catarinense do Vinho

Oupit	ai Cataiiiicii	50 GO VIII		
9	UNID	140	ARBUSTOS GRANDES – PALMEIRA CICA, KAYSUKA MANACÁ DA SERRA, TICUS, MUSSAENDA, NOLINA E OUTROS	PROPRIA
10	UNID	1100	MUDAS DE ARVORE (PEQUENAS 20 CM – TUBETE/PACOTE) - PALMEIRA JERIVÁ, PALMEIRA IMPERIAL, PALMEIRA FAMÍLIA, CALISTEMÃO, QUARESMEIRA, FIGUEIRA, PALMEIRA CANARIENSE E ESPÉCIES NATIVAS VARIADAS.	PROPRIA
11	UNID	320	MUDAS DE ARVORE (MEDIAS 80 CM) - PALMEIRA JERIVÁ, PALMEIRA IMPERIAL, PALMEIRA FAMÍLIA, CALISTEMÃO, QUARESMEIRA, FIGUEIRA, PALMEIRA CANARIENSE E ESPÉCIES NATIVAS VARIADAS.	PROPRIA
12	UNID	150	MUDAS DE ARVORE (GRANDES ACIMA DE 1,2 METROS) - PALMEIRA JERIVÁ, PALMEIRA IMPERIAL, PALMEIRA FAMÍLIA, CALISTEMÃO, QUARESMEIRA, FIGUEIRA, PALMEIRA CANARIENSE E ESPÉCIES NATIVAS VARIADAS.	PROPRIA
13	UNID	150	VASO DE FLORES DECORAÇÃO PEQUENO/MINI – CRISÂNTEMO, FLOR CAMPO E ROSAS ENTRE OUTROS.	
14	UNID	100	VASO DE FLORES DECORAÇÃO MÉDIO – CRISÂNTEMO, FLOR CAMPO E ROSAS ENTRE OUTROS.	
15	UNID	100	VASO DE CERAMICA – TAM. APROXIMADO 50 CM ALTURA X 40 CM DIÂMETRO, DIVERSOS FORMATOS.	
16	UNID	100	PLANTAS PARA AMBIENTES INTERNOS – DRACENA ARBÓREA, SPATIFILIUM ARÁBIA, COMIGO NINGUÉM PODE, ARECA BAMBU, LANÇA DE SÃO JORGE, ASPARGO, COCO VERDELHANO, PLEOMELE.	PROPRIA
17	UNID	1500	MUDAS DE FLORES MÉDIAS (30 A 40 CM E DUAS A TRÊS BROTAÇÕES) HORTÊNSIAS (DIVERSAS CORES); AZALEIAS (DIVERSAS CORES)	PROPRIA
18	CAIXA 15 UNIDADES	400	FORRAÇÃO RASTEIRA — HEMIGRAFIS, HISIMAQUIA, PELO DE URSO, PERIQUITO VERMELHO E OUTRAS	PROPRIA
19	UNID	350	MUDAS DE ARVORE FRUTIFERA (MEDIA PROX. 80 CM) – LARANJEIRA, POCÃ, LIMÃO, E ESPÉCIES NATIVAS VARIADAS.	PROPRIA



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

Capital Catarinense do Vinho

20	UNID	550	MUDAS DE ARVORE FRUTIFERA PEQUENAS (MEDIA PROX. 15 CM) – LARANJEIRA, POCÃ, LIMÃO, E ESPÉCIES NATIVAS VARIADAS.	PROPRIA
21	UNID	100	VASO DE CIMENTO – TAM. APROXIMADO 50 CM ALTURA X 40 CM DIÂMETRO, DIVERSOS FORMATOS.	
22	UNID	100	VASO DE CIMENTO – TAM. APROXIMADO 70 CM ALTURA X 50 CM DIÂMETRO, DIVERSOS FORMATOS.	
23	UNID	100	VASO DE CIMENTO – TAM. APROXIMADO 100 CM ALTURA X 70 CM DIÂMETRO, DIVERSOS FORMATOS.	
24	SACA	170	PEDRAS ORNAMENTAIS CALCAREA BRANCA – TAMANHO MÉDIO – SACA 40KG	
25	SACA	170	PEDRAS ORNAMENTAIS CALCAREA BRANCA – TAMANHO PEQUENA – SACA 40KG	
26	SACA	170	PEDRAS ORNAMENTAIS CALCAREA BRANCA – TAMANHO GRANDE – SACA 40KG	
27	SACA	170	PEDRAS ORNAMENTAIS MARRON – DE RIO, OLHO DE SAPO – TAMANHO MÉDIA – SACA 40 KG	
28	SACA	170	PEDRAS ORNAMENTAIS MARRON – DE RIO, OLHO DE SAPO – TAMANHO GRANDE – SACA 40 KG	
29	SACA	170	PEDRAS ORNAMENTAIS MARRON – DE RIO, OLHO DE SAPO – TAMANHO PEQUENA – SACA 40 KG	
30	UNID	100	VASO PARA FLORES DE GESSO/CIMENTO TAMANHO DE 0,20 X 0,20 X 1 METRO	
31	UNID	60	CACHEPÔ MÉDIO	75,00
32	METRO	800	LIMITADOR DE GRAMA JARDIM SOLO FLEXÍVEL ATACADO BORDA FINA 50M	3,33
33	METRO	2000	FIO NYLON 3 MM PARA ROÇADEIRAS	1,67
34	METRO	2000	FIO NYLON 4 MM PARA ROÇADEIRAS	1,67
35	SACA	8	URÉIA/SUPER TRIPLO.	233,33

1- '	Vali	dade	da	propo	sta	60	dias
------	------	------	----	-------	-----	----	------

2- Dados Bancários:	Nº Conta Corrente:		Banco:	Agência:
	, DE	DE	DE	2021.
	ASS	INATURA		
	CA	RIMBO		



ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 74/2021

<u>DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE</u> <u>MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA</u> <u>OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE</u>

	, inscrita no
CNPJ sob o nº	, por intermédio de seu representante legal,
o(a) Sr.(a.)	, portador(a) da
Carteira de Identidade nº	, do CPF nº,
DECLARA sob as sanções administrativ	as cabíveis e sob as penas da lei, que esta
empresa, na presente data, é considerada	:
() MICROEMPREENDEDOR INDIVID Complementar nº 123, de 14/12/2006.	DUAL, conforme §1º do art. 18A.º da Lei
() MICROEMPRESA, conforme inciso 14/12/2006.	I do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de
() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, co nº 123, de 14/12/2006.	onforme inciso II do art. 3.º da Lei Complementar
Declara ainda que a empresa está excluída Lei Complementar nº 123, de 14 de dezem	a das vedações constantes do § 4º do art. 3.º da abro de 2006.
, de	de 2021.
Nome completo e assinatura do(s) repre	esentante(s) legal(is) da empresa



ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 74/2021

DECLARAÇÃO CONJUNTA

•	
, CNPJ nº	- \
Empresa) , sediada na completo) por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) portador(a) do RG nº , do CPF nº	(endereço , para
fins de regularidade junto a Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto licitatório:	· ·
DECLARA , sob as penas da Lei, que até a presente data INEXISTEM FATOS sua habilitação no presente processo Licitatório e que está ciente da obrigato ocorrências posteriores.	
DECLARA sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedir integra nosso corpo social, nem nosso quadro funcional empregado promissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal, ber NEPOTISMO.	oúblico ou membro
DECLARA que cumpre o disposto no artigo 7º, XXXIII da Constituição Federa pela lei n. 9854/97, NÃO POSSUINDO EM SEU QUADRO DE PESSOAL (dezoito) anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não empre (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a pa anos.	, MENORES de 18 ega menores de 16
DECLARA, sob as penas da Lei, que na qualidade de proponente do procinstaurada pela Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto SC, que NÃO FOM INIDÔNEOS para licitar ou contratar com o Poder Público, abrangendo total ou com outros entes públicos, nos termos do artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso em atendimento ao artigo 97 da referida Lei, em qualquer de suas esferas.	OS DECLARADOS parcial de contratos
Declara, sob as penas da Lei, que CUMPRE PLENAMENTE OS REQUIS HABILITAÇÃO no presente processo licitatório.	SITOS PARA SUA
Declara, RESPONSABILIDADE , que tomou conhecimento do Edital, e com todos os termos do Edital, e a fornecer material/serviços de qualidade, sobre o as penas da Lei.	
, de de 2021.	
Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da el OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o nú	mpresa mero do CNPJ. m2) Se a

empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.



ANEXO V

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 74/2021

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TECNICA

(verificar as exigências do edital e incluir especificações exigidas)

					, insc	rita no CNP	J r	າ		
representada por					, inscrito	no CPF n			Declara que	
recebeu	do	Órgão	licitante	os	documentos,	informações	е	condições	locais	para d
<mark>cumprim</mark>	ento	das ob	rigações	do d	objeto da licitad	do do Pregão	ele	trônico n <mark>7</mark> 4	<mark>l/2021</mark> .	
							_ d	e	(de 2021.
Nome	l	oto o o	ooinotur		n(a) rangaant	tonto(a) lagal	/ia\	do ompro		
Nome co	ompi	ето е а	ssinatur	a do	o(s) represent	tante(s) legal	(IS)	da empres	Sa	

APRESENTAR OS DOCUMENTOS:

Comprovação de aptidão no desempenho de atividade ou bens característicos pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, quando for emitido por ente privado deverá este ser com firma reconhecida de quem o subscreveu.



ANEXO VI

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 74/2021 PROCESSO LICITATORIO Nº 125/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº	/2021
------------------------------	-------

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede na Avenida marechal Costa e Silva, 111, nesta cidade de Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GILBERTO CHIARANI, e de ora diante denominada simplesmente MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições, resolve, considerando o julgamento da licitação na modalidade de REGISTRO DE PREÇOS, PREGÃO ELETRONICO nº 74/2021, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 125/2021, publicado no Diário oficial dos Municípios DOM, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital, sujeitandose as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual e futura AQUISIÇÃO DE MUDAS E ITENS PARA ORNAMENTAÇÃO E EMBELEZAMENTO DO MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO. É parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	MEDIDA	QUANT	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO
1	SACO 25 KG.	250	TERRA ADUBADA – COMPOSIÇÃO: TERRA PRETA, ESTERCO DE AVES, CALCÁRIO, CINZA CARBONIZADA, FORMULA NPK.		
2	SACO 15 KG	90	MATERIAIS PARA FORRAÇÃO DE CANTEIROS – CASCA DE PINUS,		



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

Capital Catarinense do Vinho

apıı	ai Catarinen	se do vill	110		
			CHIPS DE MADEIRA, SERRAGEM DE MADEIRA.		
3	SACO DE 50 KG.	8	ADUBO QUIMICO – BASE DE NITROGÊNIO (N) 4% FÓSFORO (P2O) SOLÚVEL, (CNATH2O) 14%, POTÁSSIO (K2O) (H2O) 8%.		
4	SACO 25 KG.	114	ADUBO ORGÂNICO		
5	M²	8150	GRAMA – ESMERALDA, GRAMA SEMPRE VERDE.		
6	CAIXA COM 15 MUDAS.	1240	FLORES DA ÉPOCA – TAPETE, AMOR PERFEITO, ONZE HORAS, PETÚNIA, TORRENIA, CRAVINA, CELOSIA, ZINIA, ALISSUN, PÉRPETUA, BOCA DE LEÃO, BEIJINHO, IMPATINS, GAZANIA, ROSAS, TAGETÃO E OUTRAS	PROPRIA	
7	UNID	140	ARBUSTO PEQUENO – BUXOS, FÊNIX, NOLINA, RAFIS, MURTA, CLUSIA, AGAPANTUS, AZALEIA, ROSEIRA, KAYZUKA, PALMEIRA, CICA, MANACÁ DA SERRA, AGAPANTUS ROSEIRA, FORMIO, DIANELA E OUTROS		
8	UNID	140	ARBUSTO MÉDIO – BUXOS, FÊNIX,RAFIS, TUIA, MURTA, CLUSIA, AZALÉIA, CRÓTON, PODOCARPO, ARUNDINA, MUSSAENDA, BUGANVILLLA E OUTROS	PROPRIA	
9	UNID	140	ARBUSTOS GRANDES – PALMEIRA CICA, KAYSUKA MANACÁ DA SERRA, TICUS, MUSSAENDA, NOLINA E OUTROS	PROPRIA	
10	UNID	1100	MUDAS DE ARVORE (PEQUENAS 20 CM – TUBETE/PACOTE) - PALMEIRA JERIVÁ, PALMEIRA IMPERIAL, PALMEIRA FAMÍLIA, CALISTEMÃO, QUARESMEIRA, FIGUEIRA, PALMEIRA CANARIENSE E ESPÉCIES NATIVAS VARIADAS.	PROPRIA	
11	UNID	320	MUDAS DE ARVORE (MEDIAS 80 CM) - PALMEIRA JERIVÁ, PALMEIRA IMPERIAL, PALMEIRA FAMÍLIA, CALISTEMÃO, QUARESMEIRA, FIGUEIRA, PALMEIRA CANARIENSE E ESPÉCIES NATIVAS VARIADAS.	PROPRIA	
12	UNID	150	MUDAS DE ARVORE (GRANDES ACIMA DE 1,2 METROS) - PALMEIRA JERIVÁ, PALMEIRA IMPERIAL, PALMEIRA FAMÍLIA, CALISTEMÃO, QUARESMEIRA, FIGUEIRA, PALMEIRA CANARIENSE E ESPÉCIES NATIVAS VARIADAS.	PROPRIA	



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

Capital Catarinense do Vinho

- a p	UNID		VASO DE FLORES DECORAÇÃO		
13		150	PEQUENO/MINI – CRISÂNTEMO,		
			FLOR CAMPO E ROSAS ENTRE OUTROS.		
	UNID		VASO DE FLORES DECORAÇÃO		
14		100	MÉDIO – CRISÂNTEMO, FLOR CAMPO		
	UNID		E ROSAS ENTRE OUTROS. VASO DE CERAMICA – TAM.		
	UNID		APROXIMADO 50 CM ALTURA X 40		
15		100	CM DIÂMETRO, DIVERSOS		
			FORMATOS.		
	UNID		PLANTAS PARA AMBIENTES INTERNOS – DRACENA ARBÓREA,		
			SPATIFILIUM ARÁBIA, COMIGO		
16		100	NINGUÉM PODE, ARECA BAMBU,	PROPRIA	
			LANÇA DE SÃO JORGE, ASPARGO,		
	LINUD		COCO VERDELHANO, PLEOMELE.		
	UNID		MUDAS DE FLORES MÉDIAS (30 A 40 CM E DUAS A TRÊS BROTAÇÕES)		
17		1500	HORTÊNSIAS (DIVERSAS CORES);	PROPRIA	
			AZALEIAS (DIVERSAS CORES)		
			FORRAÇÃO RASTEIRA –		
18	CAIXA 15 UNIDADES	400	HEMIGRAFIS, HISIMAQUIA, PELO DE URSO, PERIQUITO VERMELHO E	PROPRIA	
	UNIDADES		OUTRAS		
			MUDAS DE ARVORE FRUTIFERA		
19	UNID	350	(MEDIA PROX. 80 CM) – LARANJEIRA,	PROPRIA	
			POCÃ, LIMÃO, E ESPÉCIES NATIVAS VARIADAS.		
			MUDAS DE ARVORE FRUTIFERA		
20	UNID	550	PEQUENAS (MEDIA PROX. 15 CM) -	PROPRIA	
20	ONID	330	LARANJEIRA, POCÃ, LIMÃO, E	FROFRIA	
			ESPÉCIES NATIVAS VARIADAS. VASO DE CIMENTO – TAM.		
21	UNID	100	APROXIMADO 50 CM ALTURA X 40 CM		
			DIÂMETRO, DIVERSOS FORMATOS.		
			VASO DE CIMENTO – TAM.		
22	UNID	100	APROXIMADO 70 CM ALTURA X 50 CM DIÂMETRO, DIVERSOS FORMATOS.		
			VASO DE CIMENTO – TAM.		
23	UNID	100	APROXIMADO 100 CM ALTURA X 70		
23	UNID	100	CM DIÂMETRO, DIVERSOS		
			FORMATOS. PEDRAS ORNAMENTAIS CALCAREA		
24	SACA	170	BRANCA – TAMANHO MÉDIO – SACA		
	0,10,1		40KG		
			PEDRAS ORNAMENTAIS CALCAREA		
25	SACA	170	BRANCA – TAMANHO PEQUENA –		
			SACA 40KG PEDRAS ORNAMENTAIS CALCAREA		
26	SACA	170	BRANCA – TAMANHO GRANDE –		
		_	SACA 40KG		
			PEDRAS ORNAMENTAIS MARRON -		
27	SACA	170	DE RIO, OLHO DE SAPO – TAMANHO MÉDIA – SACA 40 KG		
]	IVIEDIA - SACA 40 KG		



28	SACA	170	PEDRAS ORNAMENTAIS MARRON – DE RIO, OLHO DE SAPO – TAMANHO GRANDE – SACA 40 KG		
29	SACA	170	PEDRAS ORNAMENTAIS MARRON – DE RIO, OLHO DE SAPO – TAMANHO PEQUENA – SACA 40 KG		
30	UNID	100	VASO PARA FLORES DE GESSO/CIMENTO TAMANHO DE 0,20 X 0,20 X 1 METRO		
31	UNID	60	CACHEPÔ MÉDIO	75,00	
32	METRO	800	LIMITADOR DE GRAMA JARDIM SOLO FLEXÍVEL ATACADO BORDA FINA 50M	3,33	
33	METRO	2000	FIO NYLON 3 MM PARA ROÇADEIRAS	1,67	
34	METRO	2000	FIO NYLON 4 MM PARA ROÇADEIRAS	1,67	
35	SACA	8	URÉIA/SUPER TRIPLO.	233,33	-

3. EMPRESA REGISTRADA NA PRESENTE ATA:

Empresas:

CNPJ:

Endereco:

Responsável:

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 4.1. O órgão gerenciador será O MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO.
- 4.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:
 - Município de Pinheiro Preto
 - Secretaria de Saúde e Bem Estar Social
- 4.3. A gestão do presente contrato/Ata ficará a cargo do Secretário de Turismo e Limpeza Pública, Maurício Chelest, telef. (49) 3562 1414
- 4.4. A fiscalização do presente contrato ficará a cargo de Servidor designado de cada secretaria.
 - e) Educação, Cultura e Esportes, Karina Chiarani Faccin, telefone (49) 3562 2003.
 - f) Secretária de Saúde, Ivanete Simionato Bado, telefone (49) 3562 1494.
 - g) Secretária de Administração Fabiana Orçatto, telefone (49) 3562 2000.
 - h) Secretário de Turismo e Limpeza Pública, Maurício Chelest, telef. (49) 3562 1414.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

6. VIGÊNCIA / VALIDADE DA ATA

6.1. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

7. REVISÃO E CANCELAMENTO

- 7.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
- 7.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- 7.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 7.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 7.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 7.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 7.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- 7.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 7.5.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 7.6. O REGISTRO DO FORNECEDOR SERÁ CANCELADO QUANDO:
- 7.6.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;
- 7.6.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 7.6.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 7.6.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- 7.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos subitens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 7.8. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o

cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

7.8.1. por razão de interesse público; ou

7.8.2. a pedido do fornecedor.

8. DAS PENALIDADES

- 8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
- 8.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).
- 8.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. CONDIÇÕES GERAIS

- 9.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital.
- 9.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, § 1º do Decreto nº 7892/13.
- 9.3. ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, § 4º do Decreto nº 7.892, de 2014.
- 9.4. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Para firmeza e validade do pa lido e achado em ordem, vai assinado pelos o	octuado, o presente Termo de Contrato, depo contraentes e por duas testemunhas.	ois
Pinheiro Preto	de de 2021.	
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO	FORNECEDORA	_
GILBERTO CHIARANI	Representante	
Prefeito Municipal	·	
TESTEMUNHAS:		
1)	2)	
Nome:	Nome:	

de